

32 **de pauta: Aprovação do Relatório Anual – conforme anexo-** O Sr. Marcelo, fala que tinha alguns ajustes
33 do relatório para fazer e que ficou para esta reunião a aprovação, trouxe então uma nova versão e pergunta
34 aos conselheiros se há necessidades de ajustes novamente. **A Sra. Lisiane** deixa constado que a
35 MIRASERRA tinha pedido a exclusão da Câmara técnica da Biodiversidade porque não tem condições de ir
36 presencial em todas as CT e no CONSEMA também porque todas as demais estão sendo realizadas
37 virtualmente. **A Sra. Cristina** diz que ela faltou em apenas uma reunião e que na outra ela foi substituída pela
38 professora Ilse, tem que corrigir ali que ela já estava com 75% de frequência e na verdade não são duas
39 faltas, é uma falta. O Sr. Eduardo diz que nessa na CTPAMB ele é representante do Comitê de bacias e não
40 da SIERGS, **O Sr. Marcelo/ Presidente** coloca para a aprovação do Relatório Anual deste conselho. Não
41 havendo manifestação, em votação Obviamente observando essas solicitações de correções antes da sua
42 publicação. Então solicita que os favoráveis a aprovação do relatório se manifestem. Os Contrários se
43 manifestem, abstenções se manifestem. Apresentações em votos contrários se manifestem. **APROVADO**
44 **POR UNANIMIDADE. Passou-se ao item 3: Apresentação do ATLAS HIDROENERGÉTICA; conforme**
45 **anexo.** **O Sr. Gustavo Machado/SEMA**, iniciou sua apresentação destacando sua função como analista do
46 Departamento de Energia da Secretaria e sua experiência como gestor do contrato entre a Secretaria do Meio
47 Ambiente, a Estrutura e Água e Solos, e a empresa responsável pela parte técnica do Atlas Hidroenergético
48 do Rio Grande do Sul. Ele explicou que o Atlas é uma continuidade dos documentos produzidos pelo estado
49 sobre energias renováveis desde 2002, com edições e atualizações em 2014, 2016 e 2018, e agora, em
50 2024, com o lançamento do Atlas Hidroenergético, completando o conjunto de estudos sobre energias
51 renováveis do estado. A construção do Atlas começou em 2020 e envolveu diversas entidades, como a SEMA,
52 FEPAM, ABRAGEL, AGPCH, FECOERGS, IPH/UFRGS, SG/CPRM e, em 2023, a FECOERGS/RS e
53 ABRAGEL. O projeto resultou em uma plataforma online, disponível no site da SEMA, que apresenta os
54 resultados e a metodologia adotada, detalhando os potenciais hidrelétricos por município, CORED e bacia
55 hidrográfica. O processo foi dividido em três etapas: a caracterização do estado e do setor hidroelétrico, a
56 elaboração da metodologia para obtenção dos potenciais e a criação dos materiais gráficos e da plataforma
57 online. A caracterização envolveu dados geográficos, demográficos, econômicos e de infraestrutura. A
58 metodologia desenvolvida analisou o potencial elétrico total, considerando o potencial outorgado e o
59 remanescente, com ênfase na prospecção geral de potenciais. Os resultados apontaram um potencial
60 hidrelétrico outorgado de 4.67 GB, um potencial remanescente de 6.95 GB e um potencial aproveitável de
61 3.41 GB. Gustavo finalizou destacando que este trabalho oferece uma visão abrangente do setor energético
62 no estado e no Brasil, agradecendo o apoio das empresas e da FEPAM na execução do projeto. **O Sr.**
63 **Marcelo/Presidente** agradece o Gustavo pela apresentação passando a palavra para os questionamentos. A
64 primeira pessoa inscrita foi o **Sr. Cylon/SERGS** Cumprimenta pelo trabalho tem uma contribuição para fazer,
65 faltou ser apresentadas quais as bacias que tem o maior potencial hidroenergético reprimido, ou seja, que as
66 restrições não deixam esse potencial hidroenergético se desenvolver aqui. Sugiro que seja pensado para a
67 edição do próximo ano. **O Sr. Gustavo/SEMA** diz que essa análise é possível ser feita a partir do momento
68 em que a diferença entre o potencial remanescente, o azul claro e o potencial passível de aproveitamento a

69 razão entre elas seja menor. O **Sr. Cylon/SERGS**- Sugere fazer um mapa crítico, para mostrar onde existe.
70 Em razão disso, gostaria de fazer uma sugestão a todos aqui da plenária, incluindo o presidente. Entende que
71 a resolução que colocou todas as ações foi feita em outra época, em outra realidade, e que o Rio Grande do
72 Sul agora poderia repensar essas restrições devido à catástrofe climática. Alguns destes potenciais poderiam
73 ter uso múltiplo, inclusive a proteção contra enchentes. Sugere a criação de um grupo de trabalho para avaliar
74 isso, incluindo os potenciais extremos dentro do CONSEMA, para que haja um debate profícuo. Certamente,
75 muitas pessoas serão contra a proposta, então sugere que essas pessoas participem do grupo de trabalho
76 para um debate civilizado e, posteriormente, tragam o resultado para decidir se vale a pena mudar essas
77 versões ou não. Acredita que sim, mas propõe que a plenária avalie, entendendo que deveria haver uma
78 reavaliação dessas decisões baseadas no que aconteceu, com a maior democracia possível e a participação
79 de opiniões divergentes, para ver se vale a pena levar esse assunto adiante. O **Sr. Marcelo/ Presidente** diz
80 que o Atlas não está aqui para substituir o licenciamento ambiental, o atlas é uma porta de entrada, porém é
81 só trazer subsídios para que se possa discutir, lembrando que a Resolução 388 é a grande diretriz que se tem
82 para licenciamento Ambiental e o Atlas é construído em cima dela. E que se tem hoje uma ferramenta (IEG)
83 onde se podem Criar camadas, mesclar mapas, ou seja, é interessante para fazer esse trabalho, uma
84 ferramenta que tem para uma futura discussão. A **Sra. Lisiane/ MIRA SERRA**; fala que o questionamento
85 dela é mais pela participação social nesta edição. Ela não viu nas referências a participação dos presidentes
86 de comitês de bacias que foram afetados. Não é de agora, não foi só esse último episódio de enchente e de
87 seca. Ela não viu referências aos planos de bacia e as resoluções dos próprios planos de bacias. Por
88 exemplo, o Comitê Cai tem áreas de inundação, então ela acha que deveria ser considerada quando se fala
89 em hidro energia. E também a questão do aproveitamento dos recursos hídricos de cada bacia no que tange
90 a última atualização da silvicultura é uma relação muito grande entre o abastecimento das pessoas e diversos
91 usos as limitações que foram impostas, não havendo nenhum plantio nessas bacias. E, casualmente, ela vai
92 olhar o mapa. Não é uma coincidência. Não é casualmente, aquelas que têm mais potencial hidroenergético
93 ou mais água com potencial de gerar energia são aquelas que têm mais vegetação. Por exemplo, no Rio
94 Carreiro, que pega 3 municípios, ali querem fazer uma barragem pequena. Os municípios votaram contra,
95 porque vai suprimir um monte de Mata Atlântica e a única parte que ainda tem água servível. Então querem
96 fazer e está todo mundo tentando barrar. É um potencial, mas vai suprimir a Mata Atlântica. Tem coisas que
97 se tem que considerar. Realmente, se esses potenciais não estão sendo construídos, vale a pena fazer, a
98 despeito de toda delação que causa e a possível falta de abastecimento depois, por falta dessa vegetação,
99 por falta da fauna. Então, os planos de bacia, no exemplo esse do CAÍ que está sendo elaborado, está na
100 segunda etapa e última, que são os Planos Municipais de Mata Atlântica da Bacia do Caí, o Plano de
101 Conservação do Caí. Ele vai dar outro panorama, estão trabalhando em áreas que vão ter que ser
102 conservadas, vai continuar tendo água inclusive para passar por cima, também está bem degradado em
103 termos de vegetação desde sua nascente. É um universo que tem que olhar, não somente o potencial
104 energético, conservação aqui ou ali, uma unidade aqui ou ali. Tem que ter um olhar mais sinérgico quando for
105 literalmente mexer em um ambiente. Fica então a dica, para ouvir os presidentes de Comitês de Bacias, para

106 ver o que eles têm de material, o que está sendo feito, o grupo da Mata Atlântica estadual, porque essa área
107 olhando o Atlas são áreas críticas. Tem que pensar nisso quando se fala em potencial para não gerar
108 expectativa equivocada. Mas ela não fala do trabalho, está maravilhoso, mas tem esses detalhes, que quem
109 está no meio sabe o que pode acontecer. O **Sr. Paulo Brack/INGÁ**; iniciou sua fala agradecendo a
110 apresentação de Gustavo e destacando que já vinha levantando a questão das hidrelétricas há muito tempo,
111 inclusive revisando uma ata de 2008 sobre o tema. Expressou sua preocupação com a hidrelétrica de Barra
112 Grande, devido à grande destruição de florestas e o impacto nas matas ciliares, que são áreas de
113 preservação permanente. Destacou a questão dos peixes migratórios, mencionando a extinção de espécies
114 como a *Dyckia distachya*, que desapareceu devido à construção da hidrelétrica, e questionou se foi realizado
115 estudo por ecólogos para avaliar esses impactos. Lembrou que em 2015, escreveu um capítulo de livro sobre
116 as hidrelétricas no Rio Uruguai, onde 278 empreendimentos estavam planejados para a bacia do rio, com
117 sérios impactos ambientais. Também citou a importância da avaliação ambiental integrada, que teve início em
118 2002 com o Rio Taquari Antas, como um marco na FEPAM e no Brasil, e mencionou que, a partir dessa
119 metodologia, foi possível identificar impactos inviáveis de 17 empreendimentos em um total de 54. Paulo
120 enfatizou que muitas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, tanto de fauna quanto de flora, estão em
121 risco com as hidrelétricas, citando 804 espécies ameaçadas no Rio Grande do Sul e 280 espécies de peixes.
122 Ele questionou por que a avaliação ambiental integrada não foi realizada no caso atual e alertou para a
123 necessidade de proteger as espécies e os ecossistemas, antes de priorizar a geração de energia. Lamentou
124 que os rios já estão saturados com hidrelétricas, o que compromete a sobrevivência de espécies como o
125 Dourado, que precisa de longos trechos de corredeiras para sua reprodução. Além disso, sugeriu que a
126 FEPAM reavaliasse as espécies ameaçadas e as áreas militares, como a zona núcleo da Mata Atlântica, para
127 garantir a preservação. Por fim, pediu que o COMSEMA considerasse a precaução em relação ao
128 desaparecimento de espécies e a possibilidade de extinção irreversível, propondo que o Atlas fosse sujeito a
129 uma análise mais detalhada e sensível a esses impactos. Ele se comprometeu a enviar material adicional
130 sobre as espécies ameaçadas e pediu mais tempo para apresentar seu contraponto. O **Sr.**
131 **Marcelo/Presidente**; Ele volta a dizer que o Atlas não substitui o licenciamento, mas gostaria de fazer uma
132 fala a respeito do que disse o Professor Paulo Brack. O professor mencionou a necessidade de mais tempo
133 para apresentar, e sempre que o professor precisar, o CONSEMA está à disposição dos conselheiros.
134 Portanto, sempre que necessário, devem demandar ao presidente, o conselho abriu oportunidades, pois este é
135 um espaço de trocas e a prerrogativa e a do presidente é fazer a pauta. Eles podem ser provocados também
136 pela pauta, então fica sempre aberta à possibilidade de qualquer conselheiro que quiser apresentar um
137 trabalho. Enfim, manifestar-se de forma bastante livre e compartilhar com os colegas conselheiros. Sobre a
138 questão das espécies ameaçadas, eles passaram uma lista de 2014, já bastante antiga. Ele tem a
139 expectativa, após uma reunião realizada há 15 dias com a equipe da divisão de pesquisa da extinta FDB, de
140 que estão na construção do sistema livre. Ele já existe, mas está sendo modernizado. Ele teve uma reunião
141 com Glayson e Marcos, que é especialista em Ictiofauna, e estão buscando mais recursos. Eles já
142 autorizaram, então estão na fase final. O sistema livre foi modernizado e reformulado, e, segundo os

143 especialistas, nenhum outro estado do país terá um sistema para atualização de espécies ameaçadas como o
144 que eles terão. A expectativa é que até o final deste semestre ele esteja pronto. E então irá fazer uma
145 apresentação para o Conselho, mas ele vai ter a possibilidade dos pesquisadores, obviamente através dos
146 seus logins, colocarem e inserirem as suas informações. O sistema vai ter a possibilidade também como se
147 fosse uma inteligência artificial poder comparar as informações acerca de cada espécie. Chegar às
148 conclusões para o coordenador de cada área, então, é algo muito inovador afirmado pelos pesquisadores,
149 que vai se tiver poder de atualizar, então algo que ele espera ansioso para poder trazer para este conselho.
150 Mas faltou uma suplementação de recursos que já foi autorizada. Então vai ser algo bastante interessante,
151 porque é preciso atualizar essa lista de 2014. A **Sra. Cristina/ INGRÉ**; Inicia sua fala dizendo que quando se
152 fala sobre abordagem integrada lhe chama atenção que ela não viu a biota incluída nessa análise, ela viu
153 critérios econômicos e critérios físicos. Mas não viu como a biota foi um critério que integrou essa análise do
154 Atlas. E aí isso preocupa bastante, porque olhando para essas áreas com maior potencial, que são as áreas
155 escuras, vê-se que isso fica exatamente no noroeste do estado, se tem os maiores maciços da Mata Atlântica
156 remanescentes. E a próxima questão é Como a biota foi integrada? E como as áreas de endemismo foram
157 consideradas e as áreas de remanescentes espécies ameaçadas foram consideradas. Essas são as
158 questões ambientais, mais críticas, nesse contexto de crise de extinção em massa que se presencia
159 globalmente, só reforçar que, de fato, a evolução biológica ela tem um componente histórico. E a história não
160 se repete. Então, se uma espécie é ameaçada, ou se torna ameaçada e desaparece, ela não vai voltar a
161 existir. Então, além desses critérios econômicos, físicos precisa também considerar os critérios bióticos. O
162 **Sr. Cylon/SERGS**- Ele acredita que podem ser juntadas as três ideias. A sugestão que ele fez, a que a
163 Lisiane fez e a que o Sr. Paulo fez dentro daquela sugestão que ele fez de reavaliar o potencial hidro
164 energético com essa consideração, pegando ali alguns daqueles rios que tenham algum potencial hidro
165 energético restrito, mas já são atropizados, poderiam ser reavaliados para restringir aqueles que têm
166 endemismos e que tenham uma maior necessidade de conservação, mas isso aí para ser feito só com a
167 avaliação ambiental integrada. Reformulando a sugestão dele, usar a oportunidade do FUNRIGS, porque isso
168 faz parte da reconstrução do Rio Grande do Sul, de conservar e desenvolver de forma sustentável. Então, se
169 eles fizerem financiados pelo FUNRIGS uma avaliação ambiental integrada do que o atlas está dizendo e do
170 que foi colocado nesta reunião, dentro do termo de referência da avaliação ambiental integrada, ele acredita
171 que possam fazer no final deste trabalho um novo atlas com um viés completamente diferente e que tenha
172 uma abordagem como foi colocada, uma abordagem que olhe os aspectos de geração de energia, os
173 aspectos de sócia economia e os aspectos de conservação ambiental, todos juntos e cooperados. O
174 problema deles sempre é falta de recursos e, neste momento, eles têm o FUNRIGS que precisa de
175 mecanismo de planejamento, e esse é um mecanismo de planejamento e seria uma forma de financiar um
176 mecanismo de planejamento futuro do Rio Grande do Sul, que seria a avaliação ambiental integrada. O **Sr.**
177 **Gabriel/ FEPAM** - iniciou sua fala parabenizando Gustavo pelo trabalho realizado e destacou que
178 acompanhou o processo por meio da consultoria envolvida, o que lhe permitiu conhecer melhor a metodologia
179 adotada. Ele também parabenizou a SEMA pela elaboração do Atlas, ressaltando que o propósito foi

180 cumprido, já que o Atlas traz informações valiosas sobre os potenciais energéticos do estado. Ele observou
181 que o Atlas apresenta um potencial de memória de 11 GB, dos quais 3.4 GB são considerados viáveis para
182 expansão da matriz hidrelétrica. No entanto, ressaltou que o potencial de expansão da matriz ainda está
183 distante de ser viável. Gabriel enfatizou que o Atlas não substitui o processo de licenciamento ambiental, que
184 é fundamental e está baseado na Resolução 388 do CONSEMA. Ele explicou que o processo de
185 licenciamento envolve uma análise detalhada da viabilidade do projeto, levando em conta aspectos como
186 espécies ameaçadas, vegetação e outras variáveis ambientais. Gabriel também mencionou que o processo de
187 licenciamento está em constante aprimoramento, com a participação da sociedade na melhoria dos termos de
188 referência. Ele fez questão de destacar a distinção entre o potencial teórico apresentado no Atlas e a
189 viabilidade real de implementação dos empreendimentos, que ainda depende de todo o processo de
190 licenciamento. Por fim, complementou a sugestão de Cylon, reafirmando a disposição de colaborar com o
191 aprofundamento dos estudos, especialmente com as informações provenientes dos estudos de impacto
192 ambiental e do monitoramento das usinas em operação. Gabriel ainda destacou que questões relacionadas a
193 obras de defesa civil e barramentos para contenção de cheias não estão contempladas no Atlas, pois
194 envolvem outros agentes e situações distintas, focando exclusivamente nos projetos de geração de energia. A
195 **Sra. Lisiane/ MIRA SERRA-** Ela achou importante resgatar aquele trabalho oneroso, que envolveu uma
196 quantidade imensa de pessoas, chamado zoneamento ecológico econômico que está parado na assembleia
197 legislativa e acha que deve ser trazido de volta, se não vão fazer nada lá, então eles fazem alguma coisa
198 aqui. Ela participou deste trabalho q diz ser um trabalho exaustivo, fiel até alguns detalhes que não
199 imaginavam que houvesse. Tem informações valiosíssimas, talvez até defasadas, mas minimamente têm um
200 comparativo. A questão que o Gabriel levantou sobre barramentos também ela acha muito oportuna, pois a
201 questão de barramentos para conter enchentes é um assunto bastante delicado que cabe aos comitês de
202 bacia. Antes de espalhar para todo mundo, vamos fazer isso ou aquilo, sem passar pelo comitê de bacias,
203 que é a instância que deve ser consultada e é ela que vai fazer toda essa medição, que está sendo ignorada
204 nesta situação, está sendo deixada de lado. Ela deixa aqui uma fala bastante grave do que está acontecendo
205 no momento, já que estão falando em potencial energético e em barramento, ela acha imprescindível que os
206 comitês atingidos sejam ouvidos. Tem uma série de fofocas do Rio Grande do Sul que até na União já
207 chegaram. Então, ela acha que é muito importante que resgatem esse zoneamento e comparem com quem
208 vai olhar mostrar que é um planejamento, mas que depende de outros fatores abordados. Ela acha
209 importante para o público não levar gestores a uma falsa ideia e incluir o Comitê de Bacias naqueles projetos
210 que estão sendo definidos, porque o Comitê de Mata Atlântica parece que não é mais chamado para essas
211 questões quando se trata de desmatamento. Então, ainda há tempo, todos sabem que meio ambiente é um
212 guarda-chuva, e têm que lembrar que têm um Comitê Estadual, um dos mais atuantes do Brasil, passar isso
213 adiante e envolver os comitês. O **Sr. Israel Alberto Fick/ CEA;** acha que o Gabriel apontou de forma cortante
214 o objetivo do Atlas. Mas ele retorna à questão de tudo o que foi dito e à proposição inicial do Cylon por uma
215 revisão dos dados da RESOLUÇÃO 388. E agora, com este mapa, eles têm o potencial indicado, mas já ficou
216 claro que este potencial não significa que essas áreas tenham a mesma permissão ambiental. Existem todas

217 as regras definidas pela resolução 388, mas, como já foi dito aqui sobre a coincidência dessas áreas com
218 pontos de extensibilidade, isso talvez justifique a proposição de criarem um grupo de trabalho para revisão da
219 Resolução 388. O **Sr. Marcelo/Presidente**-iniciou sua fala destacando que o Atlas cumpriu seu papel de
220 trazer à tona a discussão sobre os potenciais hidrelétricos, e se posicionou como defensor da constante
221 atualização e modernização das resoluções do CONSEMA e outras legislações ambientais. Ele enfatizou que
222 o meio ambiente, a vida e o conhecimento científico são dinâmicos, e que, com os avanços atuais, é possível
223 reavaliar a Resolução 388, que ainda serve como base para o licenciamento de atividades. Marcelo sugeriu
224 que a Secretaria poderia levar essa demanda adiante, utilizando os novos insumos e conhecimentos que o
225 Atlas oferece para realizar uma nova análise da resolução. Além disso, agradeceu a Gustavo pela
226 apresentação do Atlas e ao professor Paulo Brack pelas provocações levantadas durante a reunião. Marcelo
227 aproveitou para mencionar que ainda deve a apresentação sobre o CAR (Cadastro Ambiental Rural),
228 explicando que a pessoa responsável estava de férias, mas que uma reunião recente com o Serviço Florestal
229 Brasileiro já apresentou dois módulos (PRA e regularização) que serão utilizados. Ele também destacou o
230 acordo alcançado com o Ministério Público, a FETAG e a FEDERARROZ, sobre a ação civil pública que
231 estava em andamento há 10 anos, e explicou que o acordo estabeleceu o cumprimento da legislação federal,
232 levando em consideração as disposições transitórias. Marcelo concluiu dizendo que o processo do CAR está
233 avançando bem e que, em breve, poderá trazer um status mais detalhado sobre o assunto na próxima
234 reunião. **Passou-se ao item 4 de pauta: Alteração da Resolução 372-2018- CODRAM Resíduos Sólidos –**
235 **conforme anexo; O Sr. Tiago Pereira- FIERGS-** iniciou sua fala explicando que o objetivo era apresentar
236 aos conselheiros uma série de mudanças na norma, solicitadas pela FEPAM, que envolveram alterações
237 estruturais em 31 Códigos de RAM relacionados a resíduos sólidos. As alterações foram focadas
238 principalmente em ajustes nos portes, na unidade de medida (de volumetria para massa), nas descrições das
239 atividades e na inclusão de glossários para melhorar o enquadramento das atividades nos códigos
240 adequados. Ele detalhou as principais modificações, destacando a padronização das unidades de medida
241 para massa, alinhando com outras mudanças já realizadas em outros CODRAMs, além de ajustes na
242 descrição das atividades para garantir que o enquadramento fosse mais genérico, sem referências exclusivas
243 a resíduos industriais. Também houve alterações no potencial poluidor, com a adaptação da classificação de
244 resíduos, e a inclusão de glossários para melhor orientação na aplicação dos códigos. Tiago também
245 mencionou que, entre as mudanças, a descrição de atividades foi modificada para excluir o termo "industrial",
246 permitindo maior flexibilidade para diversas origens de resíduos. As alterações, como as relacionadas a
247 crematórios e aterros de resíduos, envolveram ajustes nos limites de capacidade e nos critérios para
248 monitoramento de emissões atmosféricas. A alteração do potencial poluidor foi ajustada para refletir melhor as
249 características dos resíduos classe 1 e classe 2, sendo o classe 2 agora classificado com potencial poluidor
250 médio. Ele concluiu informando que todas as alterações foram aprovadas por unanimidade entre os membros
251 presentes na Câmara Técnica, e que as mudanças foram realizadas com o objetivo de tornar a
252 regulamentação mais clara e adequada à realidade dos empreendimentos e à legislação atual. **O Sr. Israel**
253 pergunta se houve alteração nos valores de pequeno e grande porte se houve impactos para os

254 empreendimentos. **O Sr. Tiago** responde que não haveria um impacto de mudanças de portes e que, se
255 houvesse, poderia ser no sentido contrário, pois Alguns empreendimentos estavam com uma escala até
256 menor. Nada mais a discutir foi colocada à proposição de alteração em votação, sendo 22 **FAVORÁVEIS,**
257 **SEM ABSTENÇÃO E CONTRÁRIOS FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. Passou-se ao item 5 de**
258 **pauta: Resolução CONSEMA RSDN (VOTO VISTA)- conforme anexo. O Sr. Marcelo presidente** relata
259 que realizou uma reunião com a **Sra. Aline/FEPAM** e com **Sra. Marion/FAMURS**; onde tentaram buscar
260 consenso referente ao texto. O **Sr. Paulo Brack** sugere através do ofício n° 03/2025 do Instituto Gaúcho de
261 Estudos Ambientais (INGÁ) que ocorra um planejamento, onde os municípios pudessem ter uma previsão de
262 onde irão depositar esses resíduos. A **Sra. Lisiane/MIRASERRA**; Achou i muito pertinentes as colocações no
263 colocada pelo Paulo Brack, porém, em relação a esse responsáveis técnicos fica preocupada, com o
264 município do interior na hora de autorizar e licenciar essas áreas, porque sabe que boa parte nesse
265 municípios não tem pessoas ou um grupo que possa avaliar, se sabe que não tem equipes que possam
266 avaliar adequadamente os aspectos bióticos. Ai normalmente as pessoas que já estão que são poucos
267 profissionais sobrecarregados. Sabe como é a realidade municipal e acha que seria importante, ter um
268 profissional devidamente qualificado de meio biótico para ver se essa área realmente pode ter um novo ciclo,
269 mas antes da implementação acha importante que tenha um responsável técnico na parte biótica, que acha
270 muito importante, e que está sendo desconsiderada, não só nesse aspecto, mas em uma parcela das
271 atividades e empreendimentos, de potencial de impacto. A **Sra. Janaina/ CREA**, pede a palavra para
272 complementar, dizendo que essa é uma área que ela trabalha bastante, e apesar do que a Lisiane falou que
273 não tem equipes, ela diz ter visto muitos municípios pequenos fazendo convênios para ter um corpo técnico
274 para as análises e alguns até fazendo esforços para contratar, e infelizmente se vê uma dificuldade financeira,
275 e que a maioria dos municípios adotam um sistema que é obrigatório ter a equipe completa, não só os que
276 fazem nos meios físicos, mas também no meio biótico. Acredita que falta é fiscalização, porque alguém
277 assina o projeto como RT. A **Sra. Lisiane** complementa dizendo que Janaina deu exemplos de alguns
278 municípios que já estão contratando e diz que a fiscalização é muito importante e que se teve reunião da GT
279 onde o próprio secretário diz que não tem fiscalização, no fim de semana, e isso não deve acontecer, não é
280 brincadeira, as pessoas cometem crime por falta de fiscal, esses convênios muitas vezes são benéficos e
281 muitas vezes não são. Então um município pode gerar um grande dano em cima do que está sendo proposto,
282 pois se tem uma resolução para o estado e não para um determinado município e pede que todos tenham em
283 mente quando se aprova uma resolução. **Sr. Marcelo-presidente**; resumiu os principais pontos da reunião
284 realizada pela manhã, destacando que, na visão dos participantes (SEMA, FAMURS e FEPAM), houve
285 possibilidades de entendimento, e a discussão passou para votação. Sobre o item 2, foi mencionado que já
286 houve alteração na sigla, conforme discutido pelo Professor. Em relação ao item 3, foi abordada a questão
287 dos municípios destinarem áreas para futuros eventos, com a proposta de incluir isso nos planos de
288 contingência municipais. No entanto, foi sugerido que o CONEMA poderia emitir um ofício esclarecendo que
289 não seria apropriado estabelecer essa exigência por meio de resolução, uma vez que isso acarretaria custos
290 adicionais para os municípios, que ou teriam que disponibilizar uma área própria ou adquirir uma área

291 adequada para tal fim. Esse foi o entendimento compartilhado pelos participantes da reunião. A **Sra. Marion**
292 relata que a lei federal prevê que os municípios apontem em seus planos de contingências áreas para esses
293 resíduos. E criar mais uma obrigação aos municípios e não indicar a fonte de recursos, ela entende que não
294 se deve criar esse custo aos municípios. **O Sr. Marcelo** sugere que o consema envie ofícios para a defesa
295 civil recomendar que os municípios insiram em seus planos de contingências essas áreas temporárias para
296 resíduos. **Sr. Coronel Rodrigo** fala que é mais interessante se escolher a área do que a segregação de
297 resíduos em situação de emergência já que na prática nessas situações não funcionam. **Sr. Marcelo**
298 demonstra a preocupação na palavra vedar, pois na prática em situações de emergência não se consegue
299 cumprir esta etapa da legislação. Sr. Paulo Brack reitera a importância de permanecer a palavra Vedar; **Sr.**
300 **Eduardo/ SEAPI** sugere de inserir a frase: salvo em exceção de eventos emergenciais, enfatizar isso na
301 resolução. **Sr. Tiago FIERGS** que a resolução era de trabalhar em áreas potencialmente alagadas. **O**
302 **Sr.Marcelo - IBAMA** propõe manter a palavra vedar e acrescentar a palavra ressalva no texto. **Sr. Marcelo/**
303 **Presidente** lê as alterações ficando assim finalizado: permanecendo a palavra vedar para áreas úmidas,
304 ressalvadas as exceções previstas na legislação. O presidente Coloca em votação a minuta já com as
305 alterações **20 votos Favoráveis; Aprovado por Unanimidade. Passou-se ao item 6 de pauta: Locais de**
306 **Atividades de Pesca Artesanal.** O **Sr. Coronel Rodrigo-** relatou que o tema discutido no CT refere-se às
307 atividades de limpeza e evisceração de pescado em áreas não industriais, um problema que começou na
308 região de Pelotas e Rio Grande. O resíduo da evisceração estava sendo descartado na lagoa sem
309 tratamento, o que dificultava a fiscalização, especialmente pela ausência de uma determinação da CODRAM
310 que obrigasse o licenciamento de algumas dessas atividades. Na última reunião, foi acordado que essas
311 atividades seriam isentas, mas a isenção dependeria do porte da atividade. Rodrigo destacou que muitos
312 pescadores artesanais, que limpam o peixe manualmente e vendem diretamente ao consumidor, realizam
313 essa prática de forma pequena e informal. Isso é preocupante, pois, se todas as atividades forem isentas, os
314 trapiches podem se tornar grandes áreas de evisceração sem controle, resultando em um volume excessivo
315 de resíduos. Por isso, é necessário estabelecer limites para a quantidade de resíduos gerados por esses
316 pescadores artesanais, sugerindo um volume de até 300 kg/dia de eviscerados, com a separação da parte de
317 lavagem solicitada pelos pescadores. A **Sra. Marion** complementa que no entendimento da CTGCEM, seria
318 uma atividade isenta de licenciamento aqueles que geram a quantidade descrita na minuta da resolução, ou
319 seja, a pesca artesanal. **Sra. Regina** entende que também não precisaria de licenciamento, sugestão de não
320 criar outra atividade e enquadrar na CODRAM 2624,40. **Sr. Coronel Rodrigo** relata que a preocupação é
321 sobre o local e o grande volume de resíduos gerados na área.**Sr. Eduardo** indaga se esse volume já existia.
322 **Sr.Tiago Fiergs-** relata que é importante nivelar e equalizar essas demandas do volume de resíduos e pesca
323 artesanal. **Sr. Coronel Rodrigo** concorda em voltar para CTPGCEM para que seja realizada a descrição de
324 pesca artesanal e incluída na minuta. **Sr. Marcelo presidente** Pergunta se todos concordam que essa pauta
325 retorne a CTP DE ORIGEM, sem oposição a pauta retorna ao CTPGCEM. **Passou-se ao item 7 de pauta:**
326 **Assuntos Gerais; Sr. Marcelo Camardelli/Sema-Presidente** faz um breve agradecimento aos participantes.
327 Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião às 17h10min.